

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para fornecimento eventual de Materiais de Construção para o Município de Tarumã.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento eventual de Material elétrico para o Município de Tarumã, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA HOMOLOGADA
1	Cabo flex. 25mm	M	200	Sil, Pirelli, Corfio, Induscabos
2	Fio paralelo 4mm rolo 100 metros flex.	RL	600	Sil, Pirelli, Corfio, Induscabos
3	Cabo flex. 16mm	M	200	Sil, Pirelli, Corfio, Induscabos
4	Cabo pp, fios de cobre flex., tempera mole, seção 2x2,5mm, cobertura ext. em pvc/st1 e int. em pvc/f-70 graus C, 750 v, classe 4, antichama	M	600	Sil, Pirelli, Corfio, Induscabos
5	Cabo flex. 06,00mm	M	200	Sil, Pirelli, Corfio, Induscabos
6	Disjuntor DLBE tripolar 70A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
7	Disjuntor DLBE tripolar 60A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
8	Sistema x mec tom 2p + t dupla NBR 14136	UND	30	Apresentar Amostra

9	Disjuntor tripolar 32A curva C DIN	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
10	Disjuntor DIN bipolar 32A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
11	Tomada elétrica, de termoplástico, contatos elétricos e bornes de fixação de liga de cobre/latão, de embutir dupla, no formato retangular, com 2 polos + terra, para pinos cilíndricos diâmetro 4mm, na cor branca, com capacidade elétrica de 10ª-250V, com placa 4x2'' na cor cinza com parafusos, e suas condições deverão estar de acordo com as exigências NBR 14136	UND	20	Apresentar Amostra
12	Disjuntor DLBE bipolar 32A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
13	Pino tomada macho	UND	30	Apresentar Amostra
14	Placa cega 4x2 (tipo espelho), sem furo, para tomada de embutir 4x2, produzida de termoplástico na cor branca	UND	30	Apresentar Amostra
15	Disjuntor DLBE unipolar 60A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
16	Disjuntor DLBE unipolar 32A	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
17	Lâmpada LED base E27, 40W, 6500K, 3200 lumens	UND	50	Osram, Elgin, Avant, Ourolux
18	Lâmpada tubular LED; bulbo T-5, base bipino G-13, comprimento aproximado de 1200mm, potência de 18W, bivolt, leds tipo SMD, fluxo luminoso de 2400 LM, temperatura de cor de 6500K, ângulo de feixe da luz entre 140 e 160 graus, fator de potência mínimo de 0,9, IRC mínimo de 70, vida útil mínima de 50.000 horas, conforme normas	UND	70	Osram, Elgin, Avant, Ourolux

	NBR/ABNT e INMETRO vigentes			
19	Lâmpada bulbo LED 50W bivolt 6500K branca	UND	50	Osram, Elgin, Avant, Ourolux
20	Lâmpada bulbo LED 30W bivolt 6500K branca	UND	50	Osram, Elgin, Avant, Ourolux
21	Fita isolante, filme a base de pvc, auto extingüível, adesivo à base de resina de borracha, classe A, temp. 90 °C, preto, 19mm x 20m x 0,19mm, ABNT 5410, NBR NM 60454-3-1, NBR 5037	UND	600	Apresentar Amostra
22	Disjuntor, padrão termomagnético, nema, tripolar, dimensões aproximadas de (100 x 76 x 60 mm) (A x L x P), fixação por parafusos, de 40 amperes, classe de interrupção de 5KA (220VCA) / 3KA (380VCA), tensão máxima de 380VCA, com apresentação da certificação compulsória inmetro, conforme normas vigentes	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
23	Disjuntor, padrão nema, tripolar, curva_C, de 25 amperes, classe de interrupção de 5KA, 110/220V, com apresentação da norma IEC-60 898	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
24	Disjuntor, padrão nema, bipolar, curva_C, de 50 amperes, classe de interrupção de 5KA, 110/220V, com apresentação da norma IEC-60 898	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
25	Disjuntor, padrão nema, bipolar, curva_C, de 25 amperes, classe de interrupção de 5KA, 110/220V, com apresentação da norma IEC-60 898	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
26	Disjuntor, padrão nema, unipolar, curva_C, de 40 amperes, classe de interrupção de 5KA, 110/220V, com apresentação da norma IEC-60 898	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.

27	Disjuntor, padrão nema, unipolar, curva C, de 50 amperes, classe de interrupção de 5KA, 250/440V, com apresentação da certificação compulsória inmetro, conforme normas vigentes	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
28	Disjuntor, padrão nema, unipolar, curva_C, de 25 amperes, classe de interrupção de 5KA, 110/220V, com apresentação da norma IEC-60 898	UND	5	Siemens, Steck, Soprano e Lorenzetti.
29	Refletor LED, potência de 100W (variação de 10%), cor branca fria mínimo de 5.000K, fluxo luminoso de 9.000LM, eficiência luminosa 90 LM/W, proteção IP65, ângulo de abertura: 110°, bivolt automático 110/220V, corpo em liga de alumínio	UND	25	Avant, Fox Lux
30	Refletor LED, potência de 200W (variação de 10%), cor branca fria mínimo de 5.000K, fluxo luminoso de 20.000LM, eficiência luminosa 100 LM/W, proteção IP65, ângulo de abertura: de 60° à 90°, bivolt automático 110/220V, corpo em liga de alumínio	UND	25	Avant, Fox Lux
31	Refletor LED, potência de 400W (variação de 10%), cor branca fria mínimo de 5.000K, fluxo luminoso de 36.000LM, eficiência luminosa 90 LM/W, proteção IP65, ângulo de abertura: de 60° à 90°, bivolt automático 110/220V, corpo em liga de alumínio	UND	25	Avant, Fox Lux
32	Eletrodo 6013 2,50mm	KG	600	Megaplasma, artoch, kiferro, Brax, Fronius, Galzer, Ledan, PZR
33	Disco de corte 7'' polegadas	UND	200	Norton, Vonder, Cortag, Titaniumado
34	Disco diamantado refrigerado água 14'', descrição: disco diamantado segmento 350mm 14'' indicado para corte seco ou refrigerado com água, pode ser utilizado para cortes em concreto, mármore, granitos,	UND	10	Makita, Skill, Bosh, Norton, Irwin

	alvenaria, refratários duros e pedras naturais, características: possui furo para travamento, espessura do disco 2,2, espessura do corte 3,2, altura do segmento 10mm, máxima rotação 4.300 RPM, furo 25,4mm – acompanha bucha de redução para 20mm 3/4, tamanho do disco 350mm 14''			
35	Rele elétrico, em polipropileno estabilizado contra raios ultravioleta para suportar intempéries, tipo fotoelétrico, operação Acende e apaga lâmpadas em função da variação da iluminância; Sistema construtivo Magnético para uso em corrente alternada; Pinos de contato em latão estanhado fixados na parte inferior e selados; Célula Fotoelétrica Tipo Cds com encapsulamento blindado de resposta instantânea, montado na posição lateral; Potência 1000 W (Carga Resistiva) - 1200 VA 127V; 1800VA 220V (Carga Indutiva); Faixa de operação 5 a 20 lux para ligar e no máximo 40 lux para desligar. Relação desligar/liga mínima 1,2. De acordo com ABNT NBR 5123/2016; Sob consulta a faixa de operação pode ser fornecida conforme especificação do cliente; Temperatura de trabalho -5oC a + 50oC; Consumo 0,8 W; varistor de 60 J para proteção contra surtos de tensão na rede, incluso base	UND	600	Exatron, Margirius, Illumatic
36	Disco de corte, de carbetto de sílico, diâmetro 4.1/2 polegadas (114,30mm), furo central 7/8 polegadas (22,22mm), espessura 1/16 polegadas (1,59mm), RPM 13.370; com 2 telas de proteção, utilizada para corte de metais ferrosos, conforme ABNT NBR 15230 e EM 12413	UND	200	Norton, Vonder, Cortag, Titanium
37	Disco carbo flap 4.1/2'' 115mm	UND	200	Norton, Vonder, Cortag, Titanium

1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é de 12 meses.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1 A modalidade Registro de preço se faz necessária uma vez que não é possível estimar com precisão a quantidade de materiais a ser utilizada no período, já que trata-se de materiais de construção para reformas imprevisíveis, demandadas pelas diversas UGBs da Prefeitura. As reformas advêm de muitos fatores, como sobrecarga de uso, intempéries do clima, acidentes e até mesmo pela antiguidade dos prédios, que podem exigir manutenções esparsas e imprevisíveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

6. Será adotado tratamento diferenciado à microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial superior à R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

8.1. Rotinas de fiscalização Contratual

8.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega dos materiais licitados;

8.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.1.3. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.5. As entregas dos materiais objetos do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.2. São obrigações da Contratante:

8.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega dos objetos licitados;

8.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

8.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, a qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

8.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar o contrato, fica a servidor público municipal, Sra. André Rogério de Oliveira, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 26.152.409-4 SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 206.446.148-09, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer o material licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

8.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

8.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

8.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre os materiais do presente certame.

8.3.5. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

8.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega dos materiais.

8.3.7. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.3.8. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento dos materiais:

9.1.1. No caso de controvérsia dos materiais, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação:

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5. Do Recebimento

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

8.2.5. **Qualificação Técnica**

8.2.5.1. A Qualificação Técnica encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8.2.5.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.3. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Fichas:

167 (3.3.90.30 – Material de Consumo)

Tarumã, 03 de maio de 2024.

Daniel Franco da Silva
Supervisor - Administração
Prefeitura Municipal de Tarumã